

Análise histórica das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade do município de Bragança, Pará.

Ubiranilson Santos Oliveira ^{1a}

Resumo: O objetivo central do artigo é propor uma análise histórica das práticas de desenvolvimento e sustentabilidade implementadas no município de Bragança, no estado do Pará. Análise essa que engloba discussões teóricas, visando aprofundar a compreensão dos fatores importantes a serem considerados nas propostas de desenvolvimento e sustentabilidade destinadas ao município. A metodologia empregada foi a abordagem qualitativa com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental utilizando como instrumento analítico-interpretativo o método histórico. Conclui-se a necessidade de valorizar a identidade histórica do município, os modos de vida tradicionais e o conhecimento local no processo de desenvolvimento, destacando que a ênfase em características locais nas políticas e investimentos pode conduzir à sustentabilidade e à criação de oportunidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Amazônia. Bragança-PA

Classificação JEL: O10; O20; Q01; Q32.

Abstract: The central objective of the article is to propose a historical analysis of the development and sustainability practices implemented in the municipality of Bragança, in the state of Pará. This analysis encompasses theoretical discussions aimed at deepening the understanding of important factors to be considered in proposals for the development and sustainability of the municipality. The methodology employed utilized a qualitative approach with technical procedures of bibliographic and documentary research, using the historical method as the analytical-interpretive instrument. It is concluded that there is a need to value the historical identity of the municipality, traditional ways of life, and local knowledge in the development process, emphasizing that an emphasis on local characteristics in policies and investments can lead to sustainability and the creation of opportunities.

Keywords: Development. Sustainability. Amazon. Bragança-PA.

^{1a} Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Desastres Naturais na Amazônia, do Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Pará.

1. Introdução

A palavra desenvolvimento ganhou destaque especial após o ano de 1945, ao descrever a necessidade de crescimento econômico em áreas consideradas periféricas, como os países do “Terceiro Mundo”. O objetivo central desse conceito era impulsionar o crescimento econômico, por vezes à custa da exploração da mão de obra e da acumulação de capital. Assim o termo desenvolvimento estava ligado ao aumento da produtividade em benefícios de camadas superiores, mantendo a desigualdade global. (CASTRO; PINTO, 2018; WALLERSTEIN, 2004).

Esse contexto é importante para a compreensão das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade em regiões consideradas periféricas, como a Amazônia. Com uma história rica, Bragança-PA desempenha um papel crucial na compreensão das transformações ocorridas na região. Desde tempos passados até os dias atuais, a cidade tem testemunhado a influência de políticas de desenvolvimento, as quais moldaram sua trajetória. Exemplos emblemáticos desse contexto incluem a Ferrovia Belém-Bragança e a rodovia Bragança-Ajuru-teua (ALVES, 2022; OLIVEIRA; HENRINQUE, 2018; LIMA; SILVA, 2012;).

Bragança é uma cidade amazônica de grande importância, principalmente devido à sua fundação histórica e localização estratégica, cercada por recursos naturais fundamentais para a economia local. Os recursos naturais predominantes são provenientes da pesca, já que o município possui uma extensa região costeira e é considerado o principal polo pesqueiro do estado do Pará, inclusive exportando esse recurso. (FONSECA; CONCEIÇÃO; ASP NETO, 2015; RODRIGUES, 2010)

O objetivo central do artigo é propor uma análise histórica das práticas de desenvolvimento e sustentabilidade implementadas no município de Bragança, no estado do Pará. Análise essa que engloba discussões teóricas, visando aprofundar a compreensão dos fatores importantes a serem considerados nas propostas de desenvolvimento e sustentabilidade destinadas ao município.

Quanto à metodologia, utilizou-se uma abordagem qualitativa (SILVA; MENEZES, 2005) com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2002; SEVERINO, 2013). O método analítico-interpretativo do artigo é o histórico que na visão de Lakatos e Marconi (2017) tem como escopo investigar os fenômenos, processos, costumes e instituições do passado visando compreender suas implicações na sociedade atual.

O artigo divide-se em três linhas argumentativas em se tem (i) a retórica do desenvolvimento: do século XX aos desafios na Amazônia nos anos 1990, que apresenta a trajetória da política desenvolvimentista, como ela chegou à América Latina, ao Brasil e à Amazônia, e como essa política se desenvolveu e transformou temporalmente; (ii) Sustentabilidade: uma proposta em "desenvolvimento", que descreve o novo modelo desenvolvimentista e como esse processo ocorre na América Latina, Brasil e na Amazônia;

e (iii) a trajetória do desenvolvimento e sustentabilidade no município de Bragança-PA, que evidencia o processo desenvolvimentista no município.

Nesse sentido, o artigo traz como contribuição à formação insights vinculado ao contexto histórico das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade implementadas no município de Bragança-PA localizado na Amazônia. A análise da história local do município permite um processo de identidade local por meio da importância da implementação de políticas direcionadas para o desenvolvimento sustentável.

2. A RETÓRICA DO DESENVOLVIMENTO: DO SÉCULO XX AOS DESAFIOS NA AMAZÔNIA NOS ANOS 1990

O termo 'desenvolvimento' foi utilizado na retórica da modernidade como um mecanismo da reorganização da lógica da colonialidade visando novas formas de controle e exploração do capital e recursos naturais aplicadas ao Terceiro Mundo. Dessa maneira, o conceito de desenvolvimento é interpretado como uma nova estratégia de controle sobre as nações periféricas, representando um modelo contemporâneo de colonização (MIGNOLO, 2008).

O discurso de desenvolvimento nas teorias do século XX é o de crescimento econômico. A relação fundamental entre sociedade e natureza sempre foi a de retirar da natureza recursos com potencial para transformar em mercadorias, pois vê na natureza fontes inesgotáveis de recursos (CASTRO; PINTO, 2018, p. 38).

Na América Latina, as políticas de desenvolvimento foram denunciadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL. A análise histórica e teórica de desenvolvimento neste continente ao longo do XX está baseada na maioria em perspectiva da CEPAL, com destaque para o economista argentino Raúl Prebisch, e por outros sociólogos e economistas que desenvolveram a conhecida "teoria da dependência".

Essa teoria questionava as abordagens tradicionais de desenvolvimento, argumentando que os países latino-americanos estavam submetidos a uma relação de dependência em relação aos países industrializados, resultando em desigualdades econômicas e sociais. A CEPAL defendia que a industrialização dos países da América do Sul era essencial para o desenvolvimento, visando melhorar o padrão de vida das populações sul-americanas. Acreditava-se que a industrialização traria benefícios como a diversificação econômica, o aumento da produtividade e a criação de empregos, pois a industrialização não era um fim em si, mas o meio pelo qual os países poderiam obter uma parcela dos avanços tecnológicos e elevar gradualmente o padrão de vida das massas (MIGNOLO, 2008; PREBISCH, 2000).

Sob influência da CEPAL, surgiram iniciativas de integração regional como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Associação Latino-Americana de Integração e, décadas mais tarde, iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União das Nações

SulAmericanas (UNASUL) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (BOFF; MOREIRA, 2018, p. 323).

Mantega (1984) argumenta que a CEPAL no século passado tinha a preocupação básica de explicar o atraso da América Latina em relação aos países desenvolvidos, chamados de centros mundiais, buscando superar esse retrocesso, pois a análise se concentrava, por um lado, nas diferenças das estruturas econômicas dos países periféricos, explicando as dificuldades para o desenvolvimento em relação às dinâmicas dos países avançados; por outro lado, discutia as transações entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial, que, em vez de promover o desenvolvimento da periferia, contribuíam para aumentar as desigualdades. Nesse sentido, a CEPAL questionava a divisão do trabalho capitalista e criticava o destino dos países desenvolvidos que sustentavam essa divisão.

No século passado a CEPAL apresentou questionamentos relevantes sobre a divisão do trabalho no mundo capitalista, reconhecendo a relação de dependência existente entre o centro, representado pelos países europeus, e a periferia, representada pelos países da América Latina. “O desenvolvimentismo cepalino de Raul Prebisch foi considerado pelos teóricos da dependência como um paradigma que, apesar de que colocava a necessidade de reformas estruturais modernizantes, na prática era incapaz de superar o reformismo” (SEGRERA, 2005, p.98). Assim, as críticas foram insuficientes para superar o pensamento moderno, mas permitiram enxergar as discrepâncias causadas pela dependência.

No caso do Brasil, observam-se importantes momentos no contexto do desenvolvimento. Na visão de Lima e Simões (2010, p. 16) “a ação do Estado foi fundamental no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Grande parte das atividades desenvolvidas entre 1950 e 1980 teve forte intervenção estatal”. Inicialmente, as teorias desenvolvimentistas no Brasil apostavam fundamentalmente na atuação estatal, pelo menos durante as décadas mencionadas.

O Estado como promotor do desenvolvimento, na visão de Lima e Simões (2010) apresenta quatro formas de atuação do governo brasileiro: i) o Estado como principal condutor do crescimento; ii) o Estado como regulador das relações entre as classes operária e patronal e dos conflitos intra-capitalistas; iii) o Estado como produtor, incluindo grande parte dos serviços públicos e atividades de infraestrutura; e iv) o Estado como financiador do desenvolvimento. Ou seja, o Estado atuava em várias frentes de desenvolvimento, porém as frentes de atuação do Estado favoreciam principalmente as elites nacionais.

O projeto de nação com grandes obras de infraestrutura incentivou a industrialização e o processo de modernização do país e de integração, sul a norte, leste a oeste, com a construção de Brasília, e da rodovia Belém-Brasília, conquistas do grande sertão central e da Amazônia, antigo sonho de elites nacionais (CASTRO; PINTO, 2018, p. 39).

Lima e Simões (2010) afirmam que esse modelo de desenvolvimento proposto no Brasil por meio da ação estatal limitou-se às décadas de 70 e 80, devido às condições do

mercado internacional, aos quais o mercado está vinculado, e aos desequilíbrios internos que levaram à estagnação dos países periféricos. Portanto, o Estado abandonou o projeto desenvolvimentista e expandiu a política liberal, distorcendo a alocação dos recursos públicos e contribuindo para a pobreza e a exclusão.

A crise fiscal do Estado brasileiro levou a um recuo nas políticas desenvolvimentistas ainda na década de 1980. Essa situação, por sua vez, contribuiu para que, na década seguinte, fosse argumentando que seria necessário aumentar a inserção do Brasil no mundo globalizado (TRINDADE JÚNIOR; MADEIRA, 2016, p.40).

A partir da década de 90, o Brasil começa a entrar no mundo globalizado, impulsionado principalmente pela crise instalada na década anterior. Seguidamente, o país adota um discurso de desenvolvimento alinhado à proteção ambiental, um discurso e modelo mais recente. Em 1992, a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente e desenvolvimento ocorreu no Rio de Janeiro, proporcionando a oportunidade de o mundo inteiro conhecer os progressos do Brasil no campo ecológico (COSTA, 2013).

Na Amazônia, as políticas de desenvolvimento se materializaram na década de 70 com os programas denominados Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) e Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), e na década de 1980 se configuraram em grandes projetos, como o Programa Grande Carajás (PGC). No entanto, os esses grandes projetos apoiados por discursos progressistas deixaram legado negativo, especialmente, em termos sociais e ambientais (CASTRO, 2019; TRINDADE JÚNIOR; MADEIRA, 2016).

O governo apostava no desenvolvimento da região, destinando o POLOAMAZÔNIA à ocupação de espaços vazios e à utilização dos eixos viários. Surgiram então, os polos agrominerais, madeireiros, agropecuários e agroindustriais, enquanto o PGC visava aproveitar o potencial mineral e hidroelétrico. O argumento era de aproveitar as vantagens comparativas da região, principalmente os recursos naturais, e explorar seu potencial exportador (TRINDADE JÚNIOR; MADEIRA, 2016).

A estratégia de desenvolvimento industrial da ditadura trouxe, como um de seus corolários, novos patamares de endividamento externo, que, associados ao esgotamento da estratégia de expansão de mercado pela via da concentração da renda, vão se constituir em um dos fundamentos da crise que já se estabelece de forma inequívoca no final dos anos 70 (COSTA, 2013, p. 29).

“Os programas oficiais de desenvolvimento privilegiaram o grande capital; a região sempre foi vista como produtora de matéria-prima e geradora de divisas, reforçando seu papel periférico em relação ao mercado internacional” (OLIVEIRA, 2018, p. 365). Nesse sentido, as vantagens competitivas da região favorecem a exportação e ressaltam o

papel periférico da região Amazônica, privilegiando principalmente o mercado internacional com a transferência dos recursos naturais.

“Embora possam ser zonas ricas em recursos naturais, os conflitos e a violência regulamentada pelo mercado e consensuada pelos Estados, as transforma em zonas de sacrifício social” (CASTRO; PINTO, 2018, p. 45). Em outros termos, o mercado acoplado ao governo aproveita as zonas ricas em recursos naturais, a exemplo da Amazônia e, conseqüentemente, transforma esses territórios em zonas de conflitos sociais. Escobar (2005, p. 46) contribui afirmando que "primeiro ordene o pensamento e depois ordene o território". Ou seja, o pensamento influencia e constrói o território no qual é importante refletir e conhecer a realidade amazônica ao avaliar iniciativas de desenvolvimento para a região.

As intervenções na Amazônia foram retomadas nos anos 90 com a inserção do Brasil no mundo globalizado mediante os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), que são o Eixo Araguaia-Tocantins, o Eixo Madeira-Amazonas e o Eixo Arco Norte. Esses projetos concentravam-se em recuperar rodovias e hidrovias existentes ou construir novas estruturas consideradas necessárias. Na década seguinte, os projetos de exportação foram priorizados, e as questões ambientais e sociais ganharam destaque, levando o governo a iniciar um modelo de desenvolvimento sustentável (TRINDADE JÚNIOR; MADEIRA, 2016).

Portanto, os anos 90 foram momentos importantes no contexto do desenvolvimento no Brasil e na Amazônia, pois nesse período houve a transição do modelo desenvolvimentista para a inclusão no mercado globalizado, bem como a atenção dos governos para as questões ambientais. Essa transição permitiu, na década seguinte, o avanço das políticas de desenvolvimento, especialmente para a Amazônia, iniciando assim um modelo de desenvolvimento sustentável.

3. SUSTENTABILIDADE: UMA PROPOSTA EM “DESENVOLVIMENTO”

A discussão sobre sustentabilidade emergiu na segunda metade do século XX, especificamente nas décadas de 1960 e 1970. Durante esse período, a natureza passou a ser considerada uma referência política não apenas para a implementação de políticas estatais de conservação dos recursos naturais essenciais para a sustentabilidade do planeta, mas também como um objeto de disputa e apropriação social (LEFF, 2003).

Entre as discussões que potencializam a sustentabilidade como alternativa única num cenário caótico de depredação do ambiente, outra discussão travada ainda nos anos 1960, permanece como elemento balizador de algumas questões relativas à sustentabilidade. Essa discussão associava crescimento populacional à garantia da manutenção dos padrões atuais de recursos naturais para as gerações posteriores (RAVENA, 2011, p.104).

Nascimento (2012) afirma que o termo "sustentabilidade" surge devido à percepção crescente, ao longo do século XX, de que as formas de produção e consumo em constante crescimento, especialmente a partir da década de 60, não têm a capacidade de perdurar. Assim, surge a noção de sustentabilidade com a percepção da limitação dos recursos naturais e sua iminente escassez.

Diante da complexidade do tema, a Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 70, produziu um documento que considerava o problema ambiental como resultado de externalidades econômicas relacionadas ao excesso de desenvolvimento (tecnologia agressiva e consumo excessivo) e à sua falta (crescimento demográfico e baixo PIB per capita). Assim, a questão ambiental deixava de ser restrita ao meio natural e adentrava o espaço social. Portanto, o binômio desenvolvimento (economia) e meio ambiente (biologia) é substituído por uma tríade, incluindo a dimensão social (NASCIMENTO, 2012)

“A pressão advinda do crescimento populacional seria, portanto, o elemento propulsor das mudanças tecnológicas ou de organização social que ocorreram nas formas de produção da sociedade” (RAVENA, 2011, p.104). Dessa maneira, o crescimento demográfico parece ser a principal razão para a inclusão da dimensão social nas discussões sobre sustentabilidade, tornando-se uma tríade naquele momento.

Na década de 1980, para buscar soluções para os problemas ambientais, foi estabelecida a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, um movimento importante conhecido por conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, e que propôs o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito se tornou clássico e objeto de um amplo debate mundial em que o desenvolvimento sustentável é vislumbrado como socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável temporalmente (NASCIMENTO, 2012; SACHS, 2004).

“As estratégias do desenvolvimento sustentável, entre tantas outras interpretações que tensionam o campo do desenvolvimento, determinaram os discursos e as práticas no século XX” (CASTRO; PINTO, 2018, p.11). Com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, o discurso do mercado projetou e implementou um novo modelo desenvolvimentista.

“O desenvolvimento e a sustentabilidade são mais próximos do campo do neodesenvolvimentismo, de estratégia de valoração da natureza, que não rompe, mas ao contrário, reafirma os valores do mercado, e do crescimento econômico” (CASTRO; PINTO, 2018, p.49). Assim, a sustentabilidade é uma nova proposta do mercado que utiliza fatores ambientais para buscar melhores resultados econômicos, alinhando-se a um novo modelo de desenvolvimento.

Na percepção de Escobar (2005) o problema ambiental é uma crise do pensamento e, mais especificamente, do conhecimento ocidental logocêntrico que criou um mundo cada

vez mais voltado para a economia, a tecnologia e a destruição do meio ambiente. Esse mesmo conhecimento é incapaz de fornecer soluções para os problemas que criou, logo, a crise ambiental é uma crise de conhecimento, é um problema criado devido ao pensamento dos países dominantes e capitalistas, que se apropriam dos recursos naturais, destruindo-os.

Leff, (2013) enfatiza que a crise ambiental no mundo é vista como um desastre iminente, presumindo que a natureza está cada vez mais controlada, em vez de ser encarada como um risco ecológico real para a humanidade. Isso significa que, além de não existir uma solução adequada para os problemas resultantes da degradação ambiental, a crise em si parece ser subestimada, o que pode ter consequências graves para o futuro.

Na visão de Krenak (2019) o desenvolvimento sustentável não contempla a diversidade socioeconômica, pois ele suprime a diversidade, nega a pluralidade de modos de vida e hábitos, oferecendo sempre o mesmo cardápio, a mesma aparência e, se possível, até a mesma linguagem para todos. Dessa forma, os seres humanos se distanciam da terra e passam a viver em uma abstração civilizatória, uma ideia absurda.

No caso do Brasil, o governo observou da seguinte forma: “o país poderá ampliar suas vantagens comparativas na economia mundial, se nos próximos anos continuar a incorporar a sustentabilidade ambiental como parte fundamental da estratégia de consolidação do novo desenvolvimentismo brasileiro” (OLIVA, 2010, apud TRINDADE JÚNIOR; MADEIRA, 2016, p.42). Em outras palavras, a sustentabilidade ambiental era apresentada no Brasil como uma estratégia clara de desenvolvimento, baseada em conceitos econômicos que promoviam uma ideia de prosperidade econômica.

O entendimento de desenvolvimento está ligado ao viés econômico e se relaciona no meio social por meio das relações de poder entre os atores desse jogo, que envolvem agentes, redes e instituições. Nesse contexto, o conceito que surgiu visando abordar os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico é subordinado ao paradigma econômico dominante. Ou seja, a estratégia de desenvolvimento que se baseia na sustentabilidade ambiental para ampliar as vantagens comparativas do Brasil, revela-se um jogo de poder entre os atores do mercado. Todos estão interligados nesse jogo e utilizam os problemas ambientais provocados pelo crescimento econômico como uma forma de ocultar a busca dos países dominantes por maior capital (CASTRO; PINTO, 2018).

Especificamente para a Amazônia, Trindade Júnior e Madeira (2016) enfatizam que na década de 2000, o governo brasileiro apresentou o plano Amazônia Sustentável, visando combater os processos de degradação ambiental e estabelecer diretrizes para a gestão da região. No entanto, o desenvolvimento sustentável na região revela-se frequentemente alinhado com novas formas de produção capitalista, evidenciando a manutenção de um desenvolvimento desigual.

Na região Amazônica o desenvolvimento sustentável não pode seguir a lógica global sustentada pelo capitalismo, pois isso resultaria em maior desigualdade regional. Nesse

contexto, é fundamental conhecer a região, seus saberes e suas próprias formas de desenvolvimento e sustentabilidade, a fim de promover um desenvolvimento regional autêntico por meio de políticas públicas específicas. Além disso, é necessário refletir sobre um modelo alternativo de desenvolvimento para a Amazônia e sua população, uma vez que as abordagens convencionais de proteção ambiental, desenvolvimento econômico e integração regional, não são suficientes para questionar o paradigma imposto pelo modelo de desenvolvimento sustentável (CASTRO; PINTO, 2018).

4. A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PA.

O Município de Bragança situa-se no estado do Pará, na Região Norte. Possui 123.082 habitantes e ocupa uma área de 2.091,93 km². Sua sede dista aproximadamente 210 km da capital, em linha reta. (IBGE, 2022; IBGE 2010). Sua localização estratégica faz do município um importante centro comercial e turístico. Conforme Rodrigues (2010), Bragança é uma das cidades mais importantes da história do Pará e da Região Norte do Brasil, sendo uma cidade do interior.

No âmbito do desenvolvimento, o município de Bragança, possui marcos históricos significativos que exercem influência contínua em sua estrutura atual. Esses modelos, adaptados conforme as demandas do momento, estavam em consonância com as políticas macros de desenvolvimento da região amazônica. Um exemplo proeminente desse contexto é a Ferrovia Belém-Bragança.

Ao final do século XIX, o Brasil experimentou um crescimento econômico no qual teve parte a fugaz pujança da economia da borracha. Nesse período, a Zona Bragantina, onde também estavam localizados municípios que produziam borracha, foi alvo das experiências de instalação de imigrantes estrangeiros para o desenvolvimento de atividades agrícolas modernas, que produzindo alimentos para o abastecimento do mercado regional contribuiriam para impulsionar, pela diversificação, a economia paraense, cuja atividade mais dinâmica era fundada nos negócios da borracha. Na economia primário-exportadora da borracha, a colonização fomentada pelo governo buscou alocar imigrantes europeus na Zona Bragantina e teve como elemento central a construção de uma ferrovia (LIMA; SILVA, p.165, 2012).

No século da história, a região Bragantina, onde se localiza a cidade de Bragança, passou por uma experiência importante no campo do desenvolvimento na Amazônia. Esse modelo, inteiramente pautado em aspectos econômicos, era considerado modernista na época e visava impulsionar a agricultura, tendo como objetivo fundamental o abastecimento da capital do estado do Pará. Portanto, era um meio de diversificação econômica, uma vez que o estado do Pará baseava sua atividade comercial fundamentalmente no ciclo da borracha.

O ciclo de desenvolvimento pensado a partir da implementação da ferrovia que ligava Belém a Bragança, no Pará, não apresentou resultados econômicos satisfatórios. Em vez de dinamizar a economia local, trouxe prejuízos aos cofres públicos da época. Concomitantemente, o ciclo econômico baseado na borracha, que era uma importante fonte de receita para o poder público, também apresentou dificuldades econômicas. Em tese, era esse ciclo que sustentava a ferrovia. O ciclo de desenvolvimento pensado na época, baseado fundamentalmente em aspectos econômicos, era insustentável. (LIMA; SILVA, 2012).

“O desenvolvimento é antes de tudo uma construção política e ideológica e por isso é um discurso produzido. Um discurso de poder e de legitimação simbólica e relações sociais estabelecidas. Carrega em si uma formulação arbitrária, intrínseca e historicamente elaborada” (CASTRO; PINTO, 2018). A construção da rodovia que ligou Belém a Bragança, na região central da Amazônia, foi, portanto, uma estratégia discursiva de desenvolvimento e não uma solução real. Isso aconteceu porque a rodovia, apesar das promessas, não alcançou os resultados esperados e isso reflete uma abordagem política e ideológica que pode não ter levado em consideração as necessidades reais da região ou os impactos que poderiam surgir.

Após sua desativação, a Estrada de Ferro Belém-Bragança passou a ser recordada com profundo saudosismo, ao mesmo tempo em que alegavam a estagnação econômica proclamada na região. Com o encerramento das operações da ferrovia, líderes políticos de Bragança começaram a advogar pela construção de uma rodovia ligando a cidade à praia de Ajuruteua. Isso foi visto como uma maneira de atrair visitantes e diversificar a economia local, buscando alternativas para o desenvolvimento da região (OLIVEIRA; HENRIQUE, 2018).

Trata-se de um discurso de progresso e desenvolvimento que foi introduzido durante o governo militar, por meio da implantação da rodovia Bragança-Ajuruteua, PA 458. Esse projeto é vinculado à retórica dos grandes empreendimentos na Amazônia e reflete uma política pública influenciada por questões ideológicas, além das estruturas de poder dominantes na segunda metade do século XX (ALVES, 2022).

A estrada começou a ser construída em 1973, abrindo caminho de 45km entre a sede do município e a praia. No discurso oficial, o aterramento de parte do manguezal seria compensado com o anunciado “desenvolvimento” que a rodovia traria para o município (OLIVEIRA; HENRINQUE, 2018, p. 499).

Fatores econômicos desempenharam um papel crucial na construção da ferrovia Belém-Bragança, assim como foram determinantes para a implementação da PA 458, ligando Bragança e Ajuruteua. Em ambos os casos, a busca pela diversificação econômica era um objetivo em comum que guiou a realização desses empreendimentos. No contexto de Ajuruteua, a solução adotada envolveu o aterramento de áreas de manguezal. Essa medida foi considerada atrativa devido ao potencial de desenvolvimento local que poderia ser alcançado segundo o entendimento governamental.

Porém, subjacentes às intenções aparentes, que era atrair o turismo e confrontar as carências econômicas e sociais existentes, estavam os interesses financeiros dos empresários, buscando lucros através da especulação imobiliária em Ajuruteua. Essa iniciativa tomou forma durante o período do governo Civil-Militar, empenhado na urbanização da região amazônica e na expansão das dinâmicas capitalistas, exercendo influência sobre a configuração político-econômica atual da Amazônia (ALVES, 2022).

No processo de construção de Ajuruteua como espaço turístico, os sujeitos sociais que habitam os ambientes alterados com a construção da estrada foram deixados de lado. Assim, o foco foi a satisfação dos interesses de moradores urbanos abastados, e não dos trabalhadores rurais e extrativistas da região, privilegiando a indústria do lazer em detrimento da indústria extrativa ou agrícola (OLIVEIRA; HENRINQUE, 2018, p. 504).

Apesar dos desafios ecológicos e da falta de organização com a especulação imobiliária, Ajuruteua emergiu como o principal polo turístico de Bragança. Isso contribuiu para impulsionar investimentos em negócios voltados para receber os visitantes, tais como estabelecimentos como bares, restaurantes e hotéis. Esses empreendimentos passaram a revigorar a economia da cidade, transformando-a em um local predominantemente agrícola, extrativista e pesqueiro, como era até os anos 1970 (ALVES, 2022).

Essa transformação não aconteceu sem desafios, pois a exploração do turismo na região costeira de Bragança esteve associada ao capital, alimentando a especulação imobiliária por parte da elite local. Portanto, é crucial utilizar esse recurso em prol dos munícipes, sobretudo das comunidades tradicionais locais, redirecionando o enfoque da exploração e dos benefícios que dela decorrem, afastando-os das elites locais.

A concepção da rodovia PA 458, que serviu de suporte para o desenvolvimento do turismo na praia de Ajuruteua e negligenciou tanto os fatores ambientais quanto os conhecimentos locais associados às atividades econômicas tradicionais já estabelecidas, resultou em um paradigma de desenvolvimento insustentável que não apenas alterou a dinâmica da comunidade, mas também teve um impacto significativo em toda a cidade de Bragança. Porém, mesmo diante dessas mudanças, a atividade pesqueira que era importante continua a ser a principal sustentáculo econômico da cidade.

O sustentáculo econômico da atividade pesqueira em Bragança acontece por sua alta produtividade em várias espécies valiosas nos mercados, porém os volumes de desembarque diários nos portos do município são variáveis, influenciados principalmente pela sazonalidade da pesca que é ligada às condições climáticas e hidrológicas da região e resulta em safras dominadas por espécies de água doce no período chuvoso e espécies de água salgada no período seco (JIMENEZ, 2009).

A cidade de Bragança é conhecida como o maior polo pesqueiro do estado do Pará, desde a pesca artesanal até empresas de pequeno e médio porte que têm como foco o mercado externo, principalmente as capitais do nordeste, e empresas de grande porte que

trabalham principalmente com a exportação de pescados, ainda se destacam as atividades de pecuária e extrativismo de caranguejo. (FONSECA; CONCEIÇÃO; ASP NETO, 2015; PARÁ, 2013).

Especialmente na espécie pargo, o município se destaca nacionalmente, concentrando a maioria dos desembarques, gerando cerca de 1500 empregos na fase de captura e mais 1000 empregos envolvidos na produção, comercialização e distribuição do pescado. A receita anual estimada em 2017 foi cerca de R\$ 25,718,612,00 em insumos, R\$ 39,877,500,00 em transformação e R\$ 46,565,180,20 referentes a captura, portanto a pesca do pargo é uma atividade econômica significativa no município de Bragança (TRINDADE et al., 2023).

A agricultura é outra atividade importante no município no qual se destaca na produção de farinha de mandioca e envolve cerca de 4 mil famílias em que gera uma renda anual de aproximadamente R\$ 75.000.000,00, representando aproximadamente 8% do PIB do município. A farinha é conhecida por sua qualidade e é exportada para outras regiões do Brasil, além de contribuir para economia local por meio do turismo, pois visitantes se deslocam ao município para experimentar a farinha e apreender o processo de produção (SAMPAIO, 2017).

O cultivo de mandioca é importante para muitos habitantes do estado do Pará, pois a mandioca é uma planta versátil e todas as partes são aproveitadas na culinária paraense, como a maniva e o tucupi. No entanto, o destaque da farinha de Bragança é resultado de métodos de produção diferenciados. Essa característica levou à iniciativa de Indicação Geográfica (IG), abrangendo outras localidades vizinhas. O IG foi criado visando a proteção contra falsificação e a promoção do desenvolvimento econômico local, com potencial de impulsionar o turismo cultural, religioso e gastronômico, valorizando o território e as condições de vida dos produtores (SILVA; CRUZ; ALMEIDA, 2020).

Assim, é fundamental incentivar a produção da farinha de Bragança, mesmo quando há derivados da mandioca com valores nutricionais melhores do ponto de vista alimentar. Isso significa aproveitar da melhor maneira possível o conhecimento tradicional, com medidas e estratégias que possam melhorar sua produção, e sobretudo, a qualidade do produto, realizando as adaptações necessárias no processo e ao mesmo tempo em que se preserva os saberes e métodos tradicionais (OLIVEIRA et al., 2015).

Bragança-PA é um município carente, com grande parte de sua população pertencente às classes econômicas mais baixas, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,6 no qual ocupa a 47ª colocação no ranking estadual. Como possui baixa arrecadação própria, o município não consegue arcar sozinho com os investimentos necessários para a implantação de melhorias nas áreas fundamentais, como saúde, infraestrutura, educação e assistência social (PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA, 2021).

É importante destacar que a economia capitalista prioriza a maximização dos ganhos de capital, o que pode resultar em intensificação da força de trabalho e práticas de alienação. Dessa forma, os movimentos de exploração dos recursos naturais do município não estão contribuindo para melhorar as condições de vida da população, nem aumentando a arrecadação do poder público local.

Apesar do processo de desenvolvimento que buscou revitalizar a economia do município, inicialmente impulsionado por atividades rurais que forneciam suprimentos à capital do estado por meio da ferrovia e posteriormente pela construção da rodovia ligando Bragança à Ajuruteua, atualmente complementado pela economia da pesca, pela extração industrial de caranguejos, a atual produção de farinha, bem como outras atividades econômicas, o município ainda não alcançou a consolidação do desenvolvimento desejado, como indicado pelo índice de desenvolvimento humano em evidência.

Tais problemas são identificados pela visível deficiência de infraestrutura nos setores mencionados, além disso, resultante do crescimento desordenado, observam-se problemas ambientais, como construções em áreas de mangue, despejo de resíduos orgânicos e inorgânicos em locais indevidos e falta de saneamento adequado dos esgotos. Esses fatores, somados à dinâmica das marés e dos rios, contribuem para a contaminação das águas, sendo fontes da principal economia do município. Portanto, torna-se crucial refletir sobre o modelo de desenvolvimento adotado, sua caracterização atual e como é possível implementá-lo de maneira alternativa ao modelo de desenvolvimento sustentável contemporâneo (OLIVEIRA, 2018).

5. Conclusões

O objetivo central do artigo é propor uma análise histórica das práticas de desenvolvimento e sustentabilidade implementadas no município de Bragança, no estado do Pará, e como é possível alcançar um desenvolvimento sustentável, considerando os recursos naturais da região e garantindo a preservação dos ecossistemas e das populações locais. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os temas, embasado em uma abordagem epistemológica interdisciplinar visando contribuir para discussões sobre o desenvolvimento sustentável do município de Bragança, no estado do Pará.

É importante discutir um amplo modelo alternativo de desenvolvimento para o município amazônico de Bragança, em resposta à forma equivocada de utilização dos recursos naturais, à contaminação dos rios e do mar, e à exploração dos manguezais e das praias. É necessário romper com as práticas de exploração dos recursos naturais, da mão de obra e dos recursos econômicos em favor dos grandes grupos. Assim, é crucial pensar no desenvolvimento do município sem destruir o meio ambiente e reconhecendo seu poder desastroso. É preciso refletir que a principal fonte econômica do município deve beneficiar os moradores locais, buscando melhorar a qualidade de vida da população e o índice de desenvolvimento humano local.

Na estratégia de desenvolvimento alternativo de Bragança, é crucial reconhecer a importância de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as necessidades futuras. Isso deve levar em conta o contexto histórico do desenvolvimento, que muitas vezes não resultou em benefícios tangíveis para a população. Dessa forma, a história pode servir de orientação para as políticas públicas do presente.

Finalmente, é crucial valorizar a pluralidade, diversidade e costumes locais, mantendo a conexão com os modos de vida dos moradores, preservando sua linguagem e conhecimentos. Essa identidade local pode se refletir no turismo, comércio e serviços, que também financiam a economia municipal. Focar em políticas públicas e investimentos nesses aspectos pode resultar em produtos, serviços e atividades diferenciados, promovendo um desenvolvimento autêntico. Esse modelo alternativo de desenvolvimento criará oportunidades para os moradores, ao contrário de abordagens externas que não se adequam à realidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ - PARÁ. **Empresas produzem carne de caranguejo**, 2013. Disponível em: <http://www.adepara.pa.gov.br>. Acesso em 18 dez.2022.

ALVES, A. B. **Estrada Bragança-Ajuruteua (PA-458): desenvolvimento e progresso (1975-1984)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

BOFF, R. B; MOREIRA, A. S. Soy America Latina? A relação dos brasileiros com a identidade latino-americana. In: CASTRO, E. M. R. D.; PINTO, E. R. M. D. F (Org.). **Decolonialidade e sociologia da América Latina**. Belém, BR: Editora NAEA/UFPA, 2018.

CASTRO, E. M. R. D. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas. In: CASTRO, E. M. R. D. (Org.). **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume, 2019.

CASTRO, E. M. R. D.; PINTO, E. R. M. D. F. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica latino-americana. In: CASTRO, E. M. R. D.; PINTO, E. R. M. D. F (Org.). **Decolonialidade e sociologia da América Latina**. Belém, BR: Editora NAEA/UFPA, 2018.

COSTA, F. A. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. 2º Ed. Belém: NAEA, 2013.

ESCOBAR, A. - Cómo pensar la relación entre ser humano y naturaleza? In: ESCOBAR, A - **Mas Allá del Tercer Mundo, Globalizacion y diferencia**, Bogotá, 2005.

FONSECA, D; CONCEIÇÃO, A.C; ASP NETO. N. E. **Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes e movimentos de massa: Bragança, Pará.** CPRM, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 10.JAN.2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico**, 2022. Disponível em: <http://https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 18.AGO.2023

JIMENEZ, É. A. Caracterização espaço-temporal da atividade pesqueira de pargo através de dados de desembarque da região estuarina do Rio Caeté, Bragança, Pará. 2009.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. d. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEFF, H. La ecologia política en América Latina: un campo en construcción. Revista Sociedad e Estado. Dossiê: **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade**, v.18, n. 12 jan/dez. 2003.

LIMA, A. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.

LIMA, L. M. L; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, 2013.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** Petrópolis, RJ: Polis, 1984.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

OLIVEIRA, A. B de et al. Indicações geográficas, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia: um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança. 2015.

OLIVEIRA, A. M. A. Povos indígenas, desenvolvimento e colonialismo na Amazônia brasileira. In: CASTRO, E. M. R. D.; PINTO, E. R. M. D. F (Org.). **Decolonialidade e sociologia da América Latina.** Belém, BR: Editora NAEA/UFPA, 2018.

OLIVEIRA, M.V. C; HENRIQUE, M. C. No meio do caminho havia um mangue: impactos socioambientais da estrada Bragança-Ajuruteua, Pará. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, p. 497-514, 2018.

OLIVEIRA, U. S. **Percepção de risco e vulnerabilidade social dos moradores de ajuruteua**. 2018. 68f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Gestão de Riscos e Desastres Naturais na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Belém, 2018.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. En: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL-Rio de Janeiro: **Record/CEPAL**, 2000-v. 1, p. 69-136, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA. Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil. **Solicitação de recursos federais**. Bragança, 2021.

RAVENA, N. Ecologia política e estratégias de sustentabilidade: uma reflexão teórica. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, 1 jun. 2011.

RODRIGUES, D.B. **Bragança, uma história da terra de caa+y+eté**, 2010, Disponível em: acesso em 22 dez..2022

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI**. 2004.

SAMPAIO, V. Bragança (Pa) festeja a gastronomia no São João. **Ministério do Turismo**, Brasília, 02 jun. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/braganca-pa-festeja-a-gastronomia-no-sao-joao>. Acesso em: 15 out. 2023.

SEGRERA, F. Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, E. L. d.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, S; CRUZ, B. E. V; ALMEIDA, P. H.G. Indicações Geográficas no Estado do Pará: projetos em desenvolvimento e produtos potenciais I. **Editores da Universidade do Estado do Pará**, p. 40, 2020.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 1, p. 37, 19 jul. 2016.

TRINDADE, D. G. et al. Cadeia de valor da pesca do pargo no município de Bragança, estado do Pará, Amazônia, Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 24, p. 34-51, 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel - *Impensar las ciencias sociales: Límites de los paradigmas decimonónicos*. **Siglo XXI de España Editores**, S.A, 2004 (ISBN-10: 968232131X). Disponível on line, em espanhol.